

PROPOSIÇÕES E THISNESS: UMA SOLUÇÃO PRESENTISTA AO PROBLEMA DAS PROPOSIÇÕES SOBRE O PASSADO

Ícaro Coelho Martins*

José Adairtes Silva Lima*

Resumo: O Presentismo é a teoria de que tudo que existe é presente ou, falando de forma grosseira, apenas o que existe é presente. Todavia, tal como qualquer teoria metafísica, o Presentismo não está livre de críticas e objeções das mais variadas. A objeção que mais tem deixado os filósofos inquietos – e que será o foco do presente artigo – diz respeito à constitucionalidade das proposições sobre o passado. O que será tratado aqui é um meio de resolução desse problema outrora apresentado no artigo *Thisnesses, Propositions, and Truth* pelo filósofo americano, David Ingram. Ingram explora a ontologia thisness e tira seus recursos da mesma como meio de resolução do problema da constitucionalidade das proposições sobre o passado. A partir da fonte citada e da leitura de alguns outros autores será possível chegar às conclusões desenvolvidas ao longo deste trabalho.

Palavras-chave: Presentismo. Constitucionalidade das Proposições Sobre o Passado. Ontologia Thisness.

PROPOSITIONS AND THISNESS: A PRESENTIST SOLUTION TO THE PROBLEM OF PROPOSITIONS ON THE PAST

Abstract: Presentism is the theory that everything that exists is present or, grossly speaking, only what exists is present. However, like any metaphysical theory, Presentism is not free from criticisms and objections of the most varied. The objection that has left the rest of the philosophers-and which will be the focus of this article-concerns the constitutionality of propositions about the past. What will be discussed here is a means of resolving this problem once presented in the article *Thisnesses, Propositions, and Truth* by the American philosopher, David Ingram. Ingram explores the thisness ontology and draws its resources from it as a means of solving the problem of the constitutionality of propositions about the past. From the source mentioned and the reading of some other authors it will be possible to reach the conclusions developed throughout this work.

* Mestrado em andamento em Filosofia (Conceito CAPES 4). Universidade Federal do Ceará, UFC, Brasil. Graduação em Filosofia. Universidade Federal do Ceará, UFC, Brasil. E-mail: icaromartins_93@outlook.com.

* Graduando em Filosofia pelo Centro Universitário Internacional (UNINTER). E-mail: adaister_342@hotmail.com.

Keywords: Presentismo. Constitutionality of Propositions on the Past. Thisness Ontology.

INTRODUÇÃO

O Presentismo é a teoria de que tudo que existe é presente ou, falando de forma grosseira, apenas o que existe é presente. Todavia, tal como qualquer teoria metafísica, o Presentismo não está livre de críticas e objeções das mais variadas. A objeção que mais tem deixado os filósofos inquietos – e que será o foco do presente artigo – diz respeito a constitucionalidade das proposições sobre o passado (INGRAM, TALLANT, 2018). As proposições são tomadas para ser entidades estruturadas, ou seja, quando se pronuncia um enunciado do tipo “*José ama Maria*”, a *proposição* expressa por esse enunciado é constituída por José, Maria e a propriedade relacional *ama* (KING, 2017). Isso é assim para todas as proposições, inclusive para aquelas sobre eventos passados. Uma vez que o Presentismo é a teoria de que o passado não existe, segue que o Presentismo implica num problema para a teoria padrão das proposições. Nesse caso, os detratores acham que o mais correto seria rejeitar o Presentismo em troca de outras teorias sobre a natureza do tempo que não levassem a rejeição da teoria padrão sobre a natureza constitucional das proposições (INGRAM, TALLANT, 2018).

Isso é assim porque a teoria padrão de proposições tem por fundamentos uma série de considerações oriundas da Filosofia linguagem e da Ontologia (KING, 2017). Em Filosofia da linguagem, a teoria de que as proposições são entidades estruturadas, ganha força. Pois a teoria padrão quanto ao significado de termos *naturais*, *indexicais* e *nomes* presentes em sentenças é a **Nova Teoria da Referência Direta**. Suas origens podem ser rastreadas até o famoso artigo “**Modalities and Intensional Languages**” de Ruth Barcan Marcus. Posteriormente, pelas mãos de outros filósofos, ela foi expandida. A ideia chave da **Nova Teoria da Referência Direta** quebra com o *account* tradicional mostrando que certos componentes da linguagem, como nomes e termos de tipos naturais (*natural kind terms*), possuem uma propriedade semântica fundamental, a saber: rigidez. Em razão disso, nomes próprios, por exemplo, podem se referir

diretamente aos objetos, sem a necessidade da mediação descritiva. O mesmo se aplica aos indexicais, tal como *Eu, ontem, hoje* etc., como o adicional que os valores semânticos de indexicais variam de contexto para contexto¹²⁴. Outra coisa que também deve ficar clara, é que esses enunciados não são os mesmos e as proposições as quais eles expressam também não são as mesmas.

As proposições são tomadas para ser arranjos estruturados por esses referentes – os referentes dos *termos naturais, nomes e indexicais*. Isso é devido às considerações de ordem metafísica. Por exemplo, imagine que a verdade é uma propriedade apenas de sentenças *tokens*¹²⁵. Se esse for o caso, então uma sentença tal como “*Houve um momento em que não havia nenhuma linguagem*” não pode ser verdadeira. Uma vez que o que quer que seja o seu portador de verdade¹²⁶, ele só pode ser verdadeiro no momento em que não havia nenhuma linguagem. Porém, se os únicos portadores de verdades são sentenças *tokens*, então essa sentença é falsa. Mas há razões para se pensar que essa sentença é verdadeira, pois há evidências que corroboram que a linguagem não existia no mundo – Ex: em $t + 10hs$ ($t =$ o instante do *Big Bang*); não há evidências de seres linguísticos em $t + 10hs$.

Não apenas isso, mas pode-se igualmente recorrer ao status alético dessa sentença. Assumindo que é completamente possível um momento onde não há nenhuma linguagem, mesmo assim não há quaisquer razões para negar esse status alético da sentença (KING, 2017). Porém, a verdade da sentença “*Há um momento em que não há nenhuma linguagem*” é avaliável apenas nesse mundo, chame-o de mundo W^2 , onde não há nenhuma linguagem. Logo, se essa sentença fosse uma sentença linguística, então, seria impossível dessa sentença ser verdadeira. Porém, não há quaisquer razões

¹²⁴ Mais sobre isso confira MARTÍ, 2014, p. 106-124.

¹²⁵ No contexto atual, um *token* é um exemplo particular de um *type*. Uma *sentença-token* é, portanto, uma declaração ou inscrição particular de uma *sentença-type*. Por exemplo, quando duas pessoas dizem “*João não está em casa*”, há duas *sentenças-token* e há uma *sentença-type* e, nesse sentido, eles proferem a mesma sentença; mas há dois *tokens* dessa *sentença-type*, um falado pelo primeiro indivíduo e o outro pelo segundo.

¹²⁶ Um *portador da verdade* é uma entidade que é dita como verdadeira ou falsa e nada mais. A tese de que algumas coisas são verdadeiras enquanto outras são falsas levou a diferentes teorias sobre a natureza dessas entidades. Como há divergência de opinião sobre o assunto, o termo *portador da verdade* é usado para ser neutro entre as várias teorias. Os candidatos a portadores da verdade incluem proposições, sentenças, afirmações, conceitos, crenças, pensamentos, intuições, enunciados e julgamentos, mas diferentes autores excluem um ou mais destes, negam sua existência, argumentam que eles são verdadeiros apenas em um sentido derivativo, afirmam ou assumem que os termos são sinônimos, ou procuram evitar abordar sua distinção ou não esclarecê-la.

para se pensar o contrário; segue-se disso que ela possui um status alético.

Tendo em consideração esses tópicos, o teórico presentista deve fornecer uma solução que não implique na rejeição do *account* tradicional quanto a natureza das proposições. Tal solução foi dada por David Ingram em seu artigo “*Thisnesses, Propositions, and Truth*”, onde ele apresenta uma versão do Presentismo chamada por ele de “*Presentismo Thisness*”. Essa versão recorre a ontologia *thisness* para resolução de uma série de entraves que o Presentismo enfrenta. Entre eles, está justamente o problema da constitucionalidade das proposições. Ingram fornece uma resolução a esse problema sem rejeitar a teoria padrão das proposições. Além disso, será também apresentada no decorrer do artigo algumas vantagens adicionais que a ontologia *thisness* goza e que Ingram não explora em seu trabalho, a saber: a imunidade ao “*Paradoxo do Aboutness*”, apresentado por Rasmussen em seu artigo “**About Abotuness**” (RASMUSSEN, 2014). Mais: por questões de rigor apresentaremos um modelo-estrutura da ontologia e semântica apresentadas.

1 PRESENTISMO

A despeito de haver críticas à definição tradicional do Presentismo (INGRAM, TALLANT, 2018), o que se sabe é que, majoritariamente, o presentismo é definido como a teoria que matem que tudo que existe é presente (INGRAM, TALLANT, 2018). Alguns autores poderiam achar *presente* na definição de Presentismo redundante (DEASY, 2017). Porém, isso vai depender do que se entende por *ser presente*. *Presentidade* é tomada como propriedade de eventos e de proposições ou é tomada como ausência de distância temporal (CRISP, 2007).

1.1 PRESENTIDADE COMO PROPRIEDADE

Como propriedade ela é aquilo que é expressa por eventos. Por *expressar* entende-se algo que é possuído (ORILIA, 2017). Por exemplo, o evento que diz respeito à escrita desse artigo, quando ele é escrito, expressa a propriedade de *ser presente*. Noutras palavras, o evento que diz respeito à escrita desse artigo tem a propriedade de *ser presente*. E isso é facilmente percebido quando tal é esboçado semanticamente - e.g.

“A escrita desse artigo é presente”. A cópula atribui *presentidade* ao evento que diz respeito a escrita do artigo (SMITH, 1987).

Quanto a proposições, a questão torna-se um pouco mais difícil de explicar. Mas em parte, proposições expressam propriedades temporais – e.g. *passadismo*, *futuridade*, *presentidade* – isso é assim por causa da sua constituição (SMITH, 1987). Proposições são tomadas para ser entidades estruturadas (KING, 2017). Ou seja, proposições são formadas a partir dos referentes dos termos que constituem as sentenças que são linguisticamente expressas – Ex.: “*João bebe cerveja*”, a proposição que essa sentença expressa é representada por um par ordenado contendo <João, e a propriedade de *beber cerveja*> (KING, 2017). Porém, tem-se mais recentemente contestado que proposições expressas por sentenças *tense*¹²⁷ sejam representadas por pares ordenados (SMITH, 1987). Isso deve-se ao fato de que os verbos, presentes nessas sentenças, flexionados indicando tempo atribuem a propriedade temporal pertinente a exemplificação da propriedade pelo sujeito da sentença (SMITH, 1987).

Noutras palavras, a sentença “*João bebe cerveja*” expressa a proposição que é constituída do referente do nome *João*, do referente de *bebe cerveja* e, além disso, é também constituída da propriedade de *ser presente*. Tal propriedade é atribuída pelo verbo *bebe* ao referente de *bebe cerveja*. A proposição, no entanto, trata-se de uma tripla ordenada constituída por <<João, a propriedade de *beber cerveja*> e a propriedade de *presentidade*\ser presente> (SMITH, 1987). Assim, mostra-se como proposições, além de eventos, exemplificam propriedades temporais.

1.2 PRESENTIDADE COMO AUSÊNCIA DE DISTÂNCIA TEMPORAL

Ausência de distância temporal, por outro lado, diz respeito à ideia de que não há distância temporal entre eventos (CRISP, 2007). Suponha que o *eternismo*¹²⁸ seja verdadeiro. Então a distância temporal entre a primeira vitória do ex-presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, e agora é cerca de 14 anos. A noção de distância

127 Muitas linguagens possuem meios gramaticais para indicar o tempo em que uma ação ou evento ocorre, ou quando um estado ou processo é válido. Esse fenômeno é chamado de *tense*.

128 *Eternismo* é uma abordagem filosófica para a natureza ontológica do tempo, segundo a qual todos os pontos no tempo são igualmente "reais", em oposição à ideia presentista de que só o presente é real, e à teoria do tempo crescente de Bloco Universal, em que o passado e o presente são reais, enquanto o futuro não é.

temporal tem ampla aplicação. Nesse sentido,

[...] spacetime formulations of Newtonian physics (e.g., Friedman 1983, Chap. 3) postulate a temporal distance relation linking spacetime points; relativistic spacetime theories postulate a different temporal distance relation linking spacetime points. Both theories, I say, postulate temporal distance relations (CRISP, 2007)

Portanto, quando se diz que tudo é presente se tem em mente que não há qualquer distância temporal entre eventos. Utilizando-se de uma definição semi-formal (CRISP, 2007):

X é presente =_{df} $(\forall y)(X$ não tem nenhuma distância temporal de $y)$.

1.3 CONSIDERAÇÕES SEMÂNTICAS GERAIS

Pelo que foi apresentado, podemos dizer que assumimos aqui uma *estrutura semântica* para a teoria apresentada¹²⁹. Comprometemo-nos, assim, com uma semântica composicional, i.e., uma semântica baseada no princípio da composicionalidade (PCP):

(PCP) O valor semântico de uma expressão complexa ou composta é uma função dos valores semânticos de suas partes ou componentes.

Mais precisamente, temos as seguintes regras de composição sintática e semântica:

Regras de formação sintática

$\alpha, \beta, \dots, \mu$

↓ ↓ ↓

$v = f(\alpha, \beta, \dots, \mu)$

Regras de formação semântica

$\llbracket \alpha \rrbracket, \llbracket \beta \rrbracket, \dots, \llbracket \mu \rrbracket$

↓ ↓ ↓

¹²⁹ Sigo aqui Puntel, 2008, p. 243-249.

$$\llbracket v \rrbracket = \llbracket f(\alpha, \beta, \dots, \mu) \rrbracket = \llbracket g(\llbracket \alpha \rrbracket, \llbracket \beta \rrbracket, \dots, \llbracket \mu \rrbracket) \rrbracket^{130}$$

Podemos apresentar, portando, essa semântica básica numa estrutura de primeira ordem *standard*. Assim, temos que uma estrutura semântica para linguagem de L é um par ordenado $\mathfrak{A} = \langle A, \delta \rangle$, para o qual vale:

- (1) A é um conjunto não-vazio, o *domínio objetal* ou *universo de* \mathfrak{A} , também chamado conjunto suporte;
- (2) δ é um *função designação* que, dados os símbolos de L como argumento, associa as coisas denotadas adequadas em A do seguinte modo em termos teórico-conjuntista:
 - (a) $D_I(\delta) = \hat{L}$;
 - (b) $\delta|_{Pr_L}: Pr_L \rightarrow \cup \{\mathcal{P}(A^n) \mid n \in \mathbb{Z}^+\}$
 $P^n \mapsto \delta(P^n) \in \mathcal{P}(A^n)$
 - (c) $\delta|_{Fu_L}: Fu_L \rightarrow \cup \{A^{(A^m)} \mid m \in \mathbb{Z}^+\}$
 $f_m \mapsto \delta(f^m) \in A^{(A^m)}$ (i.e. $\delta(f^n): A^m \mapsto A$)
 - (d) $\delta|_{Co_L}: Co_L \rightarrow A$; ¹³¹

No caso de variáveis, podemos estabelecer uma função de atribuição que atribui valores em A às variáveis, tornando a estrutura semântica completa; então, $\eta: Var \rightarrow A$, que associa os objetos de A às variáveis. Teríamos, portanto, a seguinte estrutura completa: $\mathfrak{A} = \langle A, \delta^* \rangle$, sendo $\delta^* = \delta \cup \eta$. No caso da propriedade de *ser presente*, contudo, dever-se-ia introduzi-la como primitiva e caracterizá-la de modo conjuntivo, estendo deste modo a poder expressivo da estrutura semântica \mathfrak{A} .

2 PRESENTISMO: PROPOSIÇÕES E THISNESS

¹³⁰ f é um função que dados certos *inputs* faz corresponder a estes certos *outputs*, i.e., f específica o modo como valores de entrada (sintáticos ou semânticos) são combinados, estruturados. Mais: o símbolo " $\llbracket \quad \rrbracket$ " indica o valor semântico da expressão contida nele; g é uma função que determina o modo semântico de estruturação dos valores de seus argumentos.

¹³¹ $D_I(f)$ = domínio do argumento da função f ; \hat{L} = o conjuntos dos símbolos de $L = Pr_L$ (conjunto dos predicados) + Fu_L (conjunto das funções de L) + Co_L (conjunto das constantes).

2.1 ONTOLOGIA THISNESS

Thisnesses são propriedades de um tipo *sui generis* (INGRAM, 2018); essa é uma propriedade particular, primitiva, puramente não-qualitativa de uma entidade. Assim, o seguinte é verdadeiro sobre o *thisness* de João, a propriedade de “ser João”: só pode ser instanciada por João; é uma propriedade simples, não estruturada, que não é redutível a qualquer propriedade puramente qualitativa de João – ou relações com outras entidades (INGRAM, 2018) – a propriedade envolve João – em certo sentido – embora não seja constituído por ele – como propriedade primitiva – e, o *thisness* de João, é algo como uma essência individual de João (ou seja, é uma propriedade essencial de João que só João poderia exemplificar) e compartilha algumas características típicas de outras propriedades – essenciais (INGRAM, 2018).

Thisnesses podem existir sem serem instanciados (INGRAM, 2018). Considere uma pessoa, Ana, que começa sua vida no tempo t e existe até t^{100} , quando ela deixa de existir. O *thisness* de Ana, a propriedade de *ser Ana*, surge com Ana no momento t e é unicamente instanciada por ela até t^{100} . Mas, quando Ana deixa de existir, ela continua existindo sem ser instanciada. Assim, sob esse ponto de vista, há *thisness* de entidades passadas e presentes, mas não há *thisness* de entidades futuras (ADAMS, 1986).

Essa visão é *prima facie* aceitável para os presentistas, que aceitam que apenas coisas presentes existem, já que é parte da natureza do *thisness* que Ana não precisa continuar existindo para que seu *thisness* continue existindo (INGRAM, 2018). E são os *thisness* presentes de entidades passadas que funcionam como substitutos – presentes – de entidades passadas.

Portanto, a ontologia *thisness* se filia a uma compreensão ontológica clássica relacional de objetos, propriedade e relações que constituem os fatos da realidade. Por conseguinte, podemos chegar à seguinte estrutura ontológica básica¹³²: a estrutura ontológica composicional básica aqui apresentada é $\mathfrak{B} = \langle \mathbf{F}, (\mathbf{c}^{\mathfrak{B}})_{c \in \mathbf{F}}, (\mathbf{R}_i^{\mathfrak{B}})_{i \in I}, (\mathbf{G}_j^{\mathfrak{B}})_{j \in J} \rangle$, tal que :

¹³² Sigo aqui Puntel, 2008, p. 276-285.

- (I) F é um conjunto não-vazio de fatos;
- (II) $(c^{\mathfrak{B}})_{c \in F}$ é um conjunto de constantes (objetos) estruturados em F ;
- (III) $(R_i^{\mathfrak{B}})_{i \in I}$ é um conjunto (eventualmente vazio) de relações ontologicamente interpretadas sobre F ;
- (IV) $(G_j^{\mathfrak{B}})_{j \in J}$ é uma família de funções (operações) n -árias finitas ontologicamente interpretadas sobre F ;

Os fatos, nessa estrutura, são justamente a estruturação ou combinação entre os objetos – $(c^{\mathfrak{B}})_{c \in F}$ – com as propriedades, as relações e as operações – $(R_i^{\mathfrak{B}})_{i \in I}$ e $(G_j^{\mathfrak{B}})_{j \in J}$.

2.2 PRESENTISMO, PROPOSIÇÕES E THISNESS

É comumente dito que o Presentismo esbarra com um problema sério, a saber: a natureza das proposições (INGRAM, TALLANT, 2018). Como fora dito na seção 1.1, proposições são tomadas como entidades estruturadas, e essa estrutura é constituída pelos referentes dos termos que constituem as sentenças que as expressam – ex.: “Sócrates era sábio”. Esse caso parece ser um problema ao presentista na medida em que o passado não existe, o que equivale à ausência de entidades passadas. Dessa forma, o Presentismo enfrenta um problema sobre como explicar a existência de proposições singulares sobre entidades passadas. Nesse sentido, comenta Tallant:

Presentism faces a problem about how to account for the existence of singular propositions about past entities. It seems that there are such propositions; recall that “Socrates was wise” expresses a true singular proposition, <Socrates was wise>, which must exist in order to be true. The problem arises given a standard treatment of singular propositions; that is, a proposition that’s directly about an individual x is constituted by x itself, and propositions depend for their existence upon the existence of their constituents. So, for example, <Socrates was wise> is constituted by Socrates himself and this proposition ontologically depends upon Socrates (INGRAM, TALLANT, 2018).

O seguinte argumento dedutivamente válido pode ser suscitado contra o Presentismo tendo como base essas considerações (INGRAM, TALLANT, 2018):

- (1) Se uma proposição é verdadeira, então ela existe.
- (2) <Sócrates era sábio> é verdadeira.
- (3) <Sócrates era sábio> existe. (1, 2 MP)
- (4) Se uma proposição existe e tem constituintes, então seus constituintes existem.
- (5) Sócrates é um constituinte de <Sócrates era sábio>.
- (6) Sócrates existe. (3, 4, 5 MP)
- (7) Se Sócrates existe, então o Presentismo é falso.
- (8) O Presentismo é falso. (6, 7 MP)

O argumento é formalmente válido (INGRAM, TALLANT, 2018). Para defender o Presentismo deve-se negar uma das premissas. Isso poderia ser feito de duas formas. Pode-se negar a existência de proposições e tomar em seu lugar sentenças-*token*. O que por si só implicaria na negação de 1 e por sua vez a negação de todo o argumento. Um outro modo de resistir a esse argumento é negando a premissa 5.

2.2.1 Negação da Premissa 1

A estratégia de negar 1 consiste em tomar portadores de verdade alternativos, a saber, sentenças-*tokens* (CRAIG, 2013). Porém, há uma série de razões que podem ser elencadas a favor da existência de proposições. O que inviabiliza a negação de 1. Por exemplo, considere a seguinte sentença: “Era verdade que a era vazia de enunciados linguísticos é presente”. O operador que precede a cláusula “A era vazia de enunciados linguísticos é presente” atribui *passadismo*¹³³ ao valor de verdade da cláusula supracitada (SMITH, 1993, p. 77).

Ou seja, a sentença está dizendo que a cláusula “A era vazia de enunciados linguísticos é presente” é verdadeira na **era vazia de enunciados linguísticos**. Obviamente que houvera um momento em que não havia enunciados linguísticos – Ex.:

133 A propriedade de *ser passado*.

na era jurássica. Portanto, a cláusula “A era vazia de enunciados linguísticos é presente” não pode ser um enunciado linguístico. Se assim o for, então a sentença “Era verdade que a era vazia de enunciados linguísticos é presente” é falsa, o que implicaria numa contradição. Pode-se concluir com isso que o veículo de verdade da cláusula tem que ser alguma coisa que não é um enunciado linguístico.

Considere outro exemplo: suponha que um agente x diz para um agente y que “a floresta está queimando agora”, e o agente y diz que “isso é verdade, porém, não seria verdade se você não tivesse expressado”. A conversa deles quebraria o que é conhecido como *convenções normativas da linguagem* (SMITH, 1993, p. 78). Na realidade, o agente x se surpreenderia com a afirmação do agente y . O ponto é que a “é verdade que a floresta está queimando agora” independe do agente x expressar tal sentença. Isso remete-se à ideia de que existe alguma coisa que não necessariamente precisa ser linguisticamente expressa para ser verdadeira.

Todavia, pode-se fazer como Craig e negar ambos os contraexemplos apelando para uma visão neutralista de quantificação e referência (CRAIG, 2013). Dentro dessa visão, o critério tradicional de compromisso ontológico de proveniência *quineana*¹³⁴ segundo o qual a noção de *existência* – captada na expressão “o que há” – é reduzida ao valor que variáveis desempenham. O neutralismo enfraquece o argumento tradicional de indispensabilidade para objetos abstratos ao negar que quantificar sobre ou referir-se a *abstratos* em sentenças verdadeiras compromete seu usuário com a realidade de tais objetos. Porém, algumas considerações devem ser feitas. O neutralismo, por seu compromisso com a inexistência de proposições, como o próprio Craig reconhece,

134 O critério de Quine do compromisso ontológico dominou a discussão ontológica na filosofia analítica desde meados do século XX; por isso merece ser chamado de visão ortodoxa. Para Quine, tal critério desempenhava dois papéis distintos. (1) permitiu medir o custo ontológico das teorias, um componente importante na decisão de quais teorias aceitar; portanto, forneceu um fundamento parcial para a escolha da teoria. Além disso, uma vez estabelecida a teoria total, permitiu-se determinar quais componentes da teoria eram responsáveis por seus custos ontológicos. (2) desempenhou um papel polêmico. Poderia ser usado para argumentar que as teorias dos oponentes eram mais caras do que os teóricos admitiam. E isso poderia ser usado para avançar uma agenda nominalista tradicional porque, como Quine viu, as sentenças predicativas comuns do sujeito não têm compromisso ontológico com propriedades ou universais. Mais sobre isso veja KRAUSE, 2017.

compromete-se com um *deflacionismo*¹³⁵ sobre verdade. Ou seja, o neutralismo compromete seu partidário com a rejeição da verdade como propriedade substancial de proposições (CRAIG, 2013).

Porém, pode-se argumentar a favor da existência de verdade como propriedade substancial de proposições. E dessa forma, falsear o neutralismo. Há bons motivos para pensar que é parte da natureza da verdade *depend* (INGRAM, TALLANT, 2017). E esses motivos são provenientes da teoria dos *fazedor-de-verdade* ou *verificador* (*truthmakers*). Conforme Armstrong:

My hope is that philosophers of realist inclinations will be immediately attracted to the idea that a truth, any truth, should depend for its truth upon something ‘outside’ it, in virtue of which it is true (ARMSTRONG, 2004, p. 7).

Como o próprio Armstrong alude, a verdade depende de alguma coisa externa no mundo. Disso, como faz Ingram e Tallant, pode-se tirar conclusões sobre a sua natureza (INGRAM, TALLANT, 2017). Por mais que Armstrong não tenha querido com isso inferir uma teoria da verdade, pode-se concluir que essa descrição geral, acerca da dependência da verdade, deve estar no centro de qualquer teoria sobre a natureza da verdade (INGRAM, TALLANT, 2017). Essas intuições são tão fortes, que é difícil pensar em alguma verdade que possa falhar em *depend*. Nesse sentido:

We ask, if Truthmaker (or something like it) is true, why should it be the case that truths don’t float free of being? Why can’t a truth float free in this way? Why can’t a truth fail to depend upon the world? One answer—our preferred answer—is that it’s at least part of the nature of what it is to be a truth, that is, a true proposition, to depend upon the world. That may seem somewhat abstract. To get a feel for our claim, compare it to some others. First, Aristotelian universals cannot fail to be instantiated in the world. This is (at least in part) because they have the natures that they do. It’s of the nature of an Aristotelian universal to exist only if instantiated. Next, coloured objects reflect light, where light is present. This is (at least in part) because it’s of the nature of a coloured object to reflect light, where light is present. Last, massive objects curve spacetime. This is (at least in part) because it’s of the nature of a massive object to curve space-time. All well and

135 Uma teoria deflacionista da verdade é parte de uma família de teorias que têm em comum a alegação de que afirmações de verdade de predicado de uma afirmação não atribuem uma propriedade – correspondência, coerência, etc. – que faça com que portadores de verdade sejam verdadeiros.

good (INGRAM, TALLANT, 2017).

Se é o caso, ou seja, se a verdade necessita depender de alguma maneira, então, a verdade, como propriedade substancial, existe. Pois, apenas ela sendo tomada como uma propriedade substancial explicaria essa dependência (INGRAM, TALLANT, 2017). Ingram e Tallant fornecem exemplos para esclarecer o porquê, dada essa peculiaridade presente em sua natureza, a verdade deve ser tomada como uma propriedade substancial (INGRAM, TALLANT, 2017). Eles fornecem as seguintes leituras naturais: considere os elétrons; eles instanciam a propriedade, *ser carregados negativamente*. É parte do que é ser um elétron instanciar essa propriedade. Pode-se, então, falar da propriedade de “ser um elétron”; é parcialmente constituída por ser carregado negativamente. Outro exemplo: é da natureza de um *quark* ter um valor de spin específico. Uma leitura natural: os *quarks* instanciam uma propriedade – ter um determinado spin. Faz parte do que é *ser um quark* instanciar essa propriedade. Pode-se falar da propriedade “ser um quark” – é parcialmente constituída por um spin específico. Dadas essas leituras naturais, Ingram e Tallant esclarecem o porquê a verdade é de igual modo substancial:

It’s of the nature of truths to depend. A natural reading: true propositions instantiate a property, depending. It’s a part of what it is to be a truth to instantiate that property. We can speak of the property of ‘being a truth’; it’s partly constituted by depending. So, truths (like electrons and quarks) have natures; and it’s of the nature of a truth (any truth) to depend. This nature is partly constituted by a property, depending. And, as we shall see, even this modest claim (that truth-maker theorists offer a partial theory about the nature of truth) has consequences for the wider debate. Second, suppose truth just has (rather than is) a nature. If having a nature is a matter of instantiating a property (like depending), then we’d better be clear on what kind of thing truth is (for only things can instantiate properties). Beyond itself being a property, it’s hard to see what truth would be. And, in any case, even if there were some answer to that question that didn’t treat truth as a property, but as a kind of abstract particular, that would still defeat the claim that truth-maker theory doesn’t commit us to a theory of truth. So much the worse for the orthodoxy (INGRAM, TALLANT, 2017).

Portanto, dado que há uma propriedade, *ser verdade*, e essa propriedade é, pelo menos em parte, constituída por um *depende*, então, nesse caso, o neutralismo falha

miseravelmente. Pelo simples fato de tal visão comprometer-se com uma visão deflacionista sobre a verdade. Isto é, comprometer-se com a inexistência de verdades substanciais.

2.2.2 Negação da Premissa 5

A negação da premissa 5, tal como a negação da premissa 1, pode vir de duas formas. A primeira consiste em modificar o Presentismo *à la* Williamson (WILLIAMSON, 2002), que defende uma visão segundo a qual objetos passados ainda existem, mas não são mais concretos. Tal proposta é tomada com total amplitude por Mark Hinchliff e tem por base uma *ontologia meinongiana*¹³⁶. Basicamente, Hinchliff propõe a combinação das duas seguintes afirmações (MOZERSKY, 2011): (i) que não existe nada não presente; e (ii) referência ao inexistente é possível.

Hinchliff não propõe substitutos para os constituintes das proposições, ele admite que entidades passadas e futuras não existem, e afirma que podemos nos referir a elas (MOZERSKY, 2011). Todavia, como Mozersky nota (MOZERSKY, 2011), se *x* se refere a *y*, então *x* e *y* estão em relação um com o outro. Mas duas entidades podem permanecer em relação uma com a outra se, e somente se, ambas existirem. Isto é simplesmente uma verdade lógica. Além disso, essa visão se compromete não com o Presentismo, mas com o Eternismo. Visto que entidades passadas e futuras não-existentes existem, isso equivale a dizer que o futuro e o passado existem (MOZERSKY, 2011).

A segunda toma as considerações da seção 2.1 sobre a ontologia *Thisness*. Proposições dentro de uma ontologia *thisness* são constituídas dos *thisness* das entidades que elas, as proposições, são sobre (INGRAM, 2018). Por exemplo, considere mais uma vez a proposição <Sócrates era sábio>: tal proposição é constituída pelo *thisness* de Sócrates e pela propriedade de ‘ser sábio’ (INGRAM, 2018). No caso, algumas objeções que podem ser levantadas são que o *thisness de* Sócrates não é Sócrates, e a proposição <Sócrates era sábio> é sobre Sócrates e não sobre seu *thisness*

¹³⁶ Alexius Meinong foi um filósofo austríaco cuja notoriedade se deve, em grande parte, a formulação de uma teoria de objetos não-existentes, duramente atacada por Bertrand Russell. Mais sobre isso pode ser encontrado em Krause, *op. Cit*, 2017, cap. 2.

(INGRAM, 2018). Essa objeção toma por base uma noção particular de acercaquidade (*aboutness*) (INGRAM, 2018).

Todavia, essa objeção não se segue. *Thisness* são propriedades, como dito na seção 2.1, diferentes. Ao falar sobre um sujeito x se pode tomar o *thisness* desse sujeito, ou seja, uma proposição sobre um sujeito x tem como um de seus constituintes o *thisness* do sujeito x , se a proposição fosse sobre o *thisness* não teria o *thisness* do sujeito x como um de seus constituintes, mas sim o *thisness* do *thisness* do sujeito x . Para ficar mais claro, a proposição <Sócrates era sábio> é sobre Sócrates porque tem, entre seus constituintes, o *thisness* de Sócrates. Se fosse sobre o *thisness* de Sócrates, e não sobre Sócrates, teria o *thisness* do *thisness* de Sócrates entre os seus constituintes. Entraríamos, portanto, em um *regressus ad infinitum*. Nesse sentido, comenta Ingram:

This sort of response may seem unlovely because it suggests a hierarchy of thisnesses. But it is not inconsistent with the general account of propositions assumed. Nor is it prima facie objectionable. One way to illustrate this is via cases involving propositions about propositions. There are propositions about propositions, e.g. <<Grass is green> is true>. But if we allow such propositions, then there is no principled objection to allowing propositions about propositions about propositions, such as <<<Grass is green> is true> is true>, and so on. Once again, this hierarchy is unlovely but not objectionable. The same consideration applies to a hierarchy of thisnesses. If an infinite progression of entities is acceptable in the case of propositions, then a similar progression is acceptable in the case of thisnesses (INGRAM, 2018).

3 THISNESS E O PARADOXO DO ABOUTNESS

3.1 O PARADOXO DO ABOUTNESS

Ingram não menciona, porém, a ontologia *thisness* também goza de uma vantagem adicional. A saber, ela é uma teoria imune ao *Paradoxo do Aboutness* proposto por Rasmussen em seu artigo “*About Aboutness*”. Rasmussen, em seu artigo, inicia por estipular a seguinte definição:

X é uma proposição sobre si mesmo = def há alguns ys , tal que x é a

proposição de que os ys existem, e x é um dos ys (RASMUSSEN, 2014).

Com essa definição em mãos, Rasmussen dá o seguinte argumento de *reductio*, que ele próprio nomeia de *o Paradoxo do Aboutness* (RASMUSSEN, 2014):

- (1) Para qualquer *xs*, existe a proposição de que os *xs* existem.
- (2) Existem alguns *ys*, tais que todos são apenas as proposições que não são sobre si mesmas.
- (3) Portanto, existe a proposição P de que o *ys* existem (1, 2).
- (4) Se P é uma proposição sobre si mesma, então P é um dos *ys* – e, portanto, P não é uma proposição sobre si mesma (por definição).
- (5) Se P não é uma proposição sobre si mesma, então P não é um dos *ys* – e, portanto, P é uma proposição sobre si mesma (por definição).
- (6) Portanto, há uma proposição que é sobre si mesma *se, e somente se*, não é (3–5).

Rasmussen explica que esse argumento sobre proposições é mais desafiador do que o paradoxo de Russell sobre conjuntos (RASMUSSEN, 2014). Em relação aos conjuntos, pode-se cuidadosamente elaborar axiomas de conjunto (como os axiomas de Zermelo-Fraenkel) que impedem da existência de conjuntos que são membros de si mesmos. Mas não está tão claro como a elaboração de axiomas concernente ao *Aboutness* poderia ajudar a ver onde esse argumento está errado.

A primeira premissa do argumento não diz respeito a teoria abstracionistas de proposições – Pois supõe-se que proposições existam necessariamente – para cada fato existente no mundo há uma proposição que corresponde a esse fato – ou é esse fato. A primeira premissa também não cai na teoria nominalista sobre proposições que toma proposições para ser objetos concretos – sentenças tokens. Mas Rasmussen apresenta uma solução que não exija o nominalismo. Ele propõe, para o bem do argumento, que os portadores do valor de verdade são entidades abstratas. E ele concede que, para cada fato, há uma proposição correspondente. Dadas essas suposições, parece que a primeira premissa é inegável (RASMUSSEN, 2014). Para a segunda premissa, Rasmussen apresenta o seguinte argumento (RASMUSSEN, 2014):

- 2.1 $\langle 2 + 1 = 3 \rangle$ é uma proposição.
- 2.2 $\langle 2 + 1 = 3 \rangle$ não é sobre si mesma (pela definição estipulada).
- 2.3 Portanto, há uma proposição que não é sobre si mesma (2.1, 2.3).
- 2.4 Portanto, existem as proposições que não são sobre si mesmas.
- 2.5 Portanto, existem alguns *ys*, de tal forma que os *ys* são todas e apenas as proposições que não são sobre si mesmas.

Pode-se concluir que cada passo neste argumento é plausível (inescapável, na verdade). A quarta premissa de acordo com Rasmussen é a conjunção de duas premissas (RASMUSSEN, 2014). A premissa 4a é que, *se P é uma proposição sobre si mesma, então P é um dos ys*. Isto é verdade porque P é a proposição de que os *ys* existem, e assim, pela definição estipulada – especificamente, que *x é uma proposição sobre si mesma = def há alguns ys, tal que x é a proposição de que os ys existem, e x é um dos ys* – segue-se que P só pode ser sobre si mesma se for um dos *ys* que ele diz existir. A premissa 4b é que, *se P é um dos ys, então P não é sobre si mesma*. Isso é verdade porque os *ys* são definidos apenas como proposições que não são sobre si mesmas.

A quinta premissa, tal qual a quarta premissa, decorre das definições dos termos (RASMUSSEN, 2014). Isso é perceptível ao supor que P não é uma proposição sobre si mesma. Então P não pode ser um dos *ys*; se fosse, então, pela definição dada, P seria sobre si mesma. Então, P não é um dos *ys*. Mas como os *ys* são apenas aquelas proposições que não são sobre si mesmas, segue-se que P não é uma proposição que não é sobre si mesma.

Poder-se-ia argumentar que se o nominalismo fosse assumido o paradoxo sumiria. Porém, o mesmo paradoxo ainda poderia ser reformulado numa versão nominalista. Conforme diz Rasmussen:

there is a version of the Aboutness Paradox that is consistent with nominalism. Replace premise 1 with premise 1*: for any *xs*, possibly, there is the proposition that the *xs* exist. Then add a necessity operator to premises 4 and 5. An absurd conclusion follows (RASMUSSEN, 2014).

3.2 PROPOSIÇÕES COMO ARRANJOS DE PROPRIEDADES

Rasmussen desenvolve uma teoria de proposições que toma proposições como *arranjos de propriedades* como uma teoria imune ao *Paradoxo do Aboutness* (RASMUSSEN, 2014). Rasmussen dá a seguinte definição, não formal, para *arranjo*: um arranjo é qualquer coisa que depende de suas partes (ou constituintes) que mantêm certas relações entre si. Os arranjos podem conter apenas entidades abstratas: por exemplo, pode haver um arranjo totalmente abstrato consistindo no número 6 portando a relação *de maior que o* número 4 (RASMUSSEN, 2014).

Depois de apresentada a definição de arranjo, Rasmussen parte para dar exemplos para sua definição. A proposição a qual ele considerada como exemplo paradigmático é <Tigres estão sobre o tapete> (RASMUSSEN, 2014). Na teoria de proposições proposta por ele, essa proposição é constituída pelas propriedades de *ser tigre* e de *ser um tapete particular*. Elas, essas propriedades, estão ligadas por uma ou mais relações e formam, com essa ligação, um arranjo. No caso, a proposição a ser considerada é regida pela relação que é expressa pela preposição *sobre*.

Ou seja, segundo Rasmussen, tanto a propriedade de *ser tigre* e a propriedade de *ser um tapete particular* estão numa relação, e essa relação é designada pela sentença linguística correspondente (RASMUSSEN, 2014). Veja, que essa relação não é a relação que coisas concretas mantêm umas com as outras – e.g. a relação que uma coisa mantêm de estar sobre a outra. Ela, a relação de *estar sobre* presente na proposição, pode ser definida assim, porém, tal definição é requerida apenas para critérios didáticos. Conforme Rasmussen:

This definition defines “|on|” in terms of “on”, which is helpful because we understand what it means for one thing to be on another. Note that although I have defined “|on|” in terms of “proposition”, I have not given a metaphysical analysis of |on|. I would say that |on| is a metaphysically primitive relation that links together the parts of <Tibbles is on the mat> (RASMUSSEN, 2014).

Rasmussen continua, e apresenta uma teoria do *aboutness* que toma sua teoria de proposições como fundamento: *uma proposição p é sobre uma coisa x se e somente*

*se p contém uma propriedade que é necessariamente única para x*¹³⁷ (RASMUSSEN, 2014). De acordo com essa definição, portanto, uma proposição é sobre alguma coisa, contendo uma propriedade que é (essencialmente) única para aquela coisa. Então, por exemplo, <Tigres estão sobre o tapete> é sobre Tigres e um tapete particular porque a proposição contém a propriedade de *ser Tigre* e de *ser um tapete particular*, propriedades que são (necessariamente) exclusivas para Tigres e um tapete particular, respectivamente. Rasmussen não entra em detalhes sobre que seriam essas propriedades únicas, porém, ele concede alguns candidatos:

I shall now say something about the relationship between [Tibbles] and Tibbles. I said that [Tibbles] is a property that only Tibbles can have. What property might that be? Here are a few possibilities:

– **Individual essences:** One may treat [Tibbles] as an individual essence of Tibbles: that is to say, [Tibbles] is a property *p*, such that (i) necessarily, if Tibbles exists, then Tibbles exemplifies *p*, and (ii) it is not possible for there to be anything other than Tibbles that exemplifies *p*. An example would be the property of being Tibbles (if there is such a property).

– **World-indexed descriptions:** [Tibbles] is a rigidified descriptive property indexed to the actual world; for example, [Tibbles] could be being the first cat I owned in the actual world. On this theory, propositions are exceedingly fine-grained.

– **Rigid descriptions:** [Tibbles] is the following rigidified descriptive property: being that thing named “Tibbles”. The idea here is that “being that thing named “Tibbles”” picks out a property that only Tibbles could have, even though it is possible for the name “Tibbles” to stand for something other than Tibbles. The “that” in “that thing named ‘Tibbles’” acts as a rigidly referring device.¹⁰ Thus, the property expressed by “being that thing named ‘Tibbles’” is necessarily unique to Tibbles, and it is equivalent to (perhaps identical to) the property of being Tibbles and named “Tibbles”. This option differs from the preceding one because being Tibbles and named “Tibbles” isn’t as fine-grained as (say) being named “Tibbles” in the actual world. (Note that given this view, the sentence “possibly, Tibbles is not named ‘Tibbles’” is ambiguous. On a *de dicto* reading, the sentence expresses the false proposition that <Tibbles is not named “Tibbles”> is possibly true; the proposition is false because <Tibbles is not named “Tibbles”> is implicitly contradictory. But there is a *de re* reading that gives us a true proposition, namely, <Tibbles is

¹³⁷ Aqui está uma declaração precisa e simbólica da definição: (*Sobre*) “*p é sobre x*” =*def* “ $\exists q$ (*q é uma parte de p*, \square (*q é exemplificado* \rightarrow *x exemplifica q*))”

potentially not named “Tibbles”>.) (RASMUSSEN, 2014)

3.3 THISNESS E A IMUNIDADE AO PARADOXO DO ABOUTNESS

Embora Rasmussen não faça menção a *thisnesses*, *thinnesses* podem ser destacados como candidatos facilmente. Uma vez que, como dito na seção 2.1, um *thisness* é uma propriedade particular, primitiva, puramente não-qualitativa de um objeto; a propriedade de ser um determinado objeto. A esse respeito, diz Ingram:

Every object has a thisness and thisnesses are properties of a novel sort, i.e. they are particular, primitive, purely non-qualitative properties. Two things should be noted about this characterization. First, thisnesses are non-qualitative properties. A precise account of the distinction between qualitative and non-qualitative properties is elusive, but non-qualitative properties seem to involve objects, in a sense, and qualitative properties do not. For instance, the property *being-a-homeowner* is qualitative whereas *being-the-ownerof-1600-ennsylvania-Avenue* is non-qualitative. Thisnesses are non-qualitative since they involve objects in this way; Obama’s thisness, for instance, is non-qualitative since it involves Obama. Nevertheless, thisnesses can exist in the absence of the objects they involve. Second, thisnesses are primitive properties. As such, thisnesses cannot be reduced to (or analysed in terms of) any purely qualitative properties or relations to other objects. Qua primitive properties, thisnesses are to be understood as simple, unstructured entities (INGRAM, 2018).

Dadas essas características acima esboçadas, *thisness* não parece ser apenas mais um candidato, mas o mais apropriado. Tendo isso em mente, agora pode-se ir à resolução do *Paradoxo do Aboutness* mediante a teoria de proposições proposta por Rasmussen. Ele destaca que, armado com essa teoria, pode-se rejeitar a primeira premissa do paradoxo (RASMUSSEN, 2014). Deve-se considerar primeiro que uma proposição da forma *os xs existem* é plausivelmente sobre esses *xs* e, depois, deve-se considerar a definição de *Aboutness* proposta.

Dada essa definição, <*xs existem*> torna-se uma proposição sobre esses *xs* se e somente se ela contém propriedades únicas a esses *xs*.. Considere P como uma proposição que <*ps existem*>; P é sobre todos as proposições, inclusive sobre si mesma. Porém, dadas as considerações acima, uma proposição é sobre alguma coisa *se e somente se* ela possui propriedades únicas aquela coisa, logo, ela, a proposição P,

contém propriedades únicas de si mesma. Mas é certamente razoável negar que uma coisa possa conter uma propriedade que exemplifique (RASMUSSEN, 2014). Conforme Rasmussen:

[...]on the usual constituent ontology theory, properties are parts/constituents of concrete things. When it comes to abstract properties, by contrast, it seems that some of them are metaphysically simple, despite having many properties. Of course, one could suppose that some, but not all, abstract things contain some, but not all, of the properties they exemplify. But this view is metaphysically extravagant: what could ground these different manners of exemplification? It seems to me that the answer, in this context, can only be given in terms of what the proposition is about, but that answer defeats the whole point of analyzing aboutness in terms of more basic ontological building blocks (RASMUSSEN, 2014).

Pode-se concluir, portanto, que a resolução\imunidade ao *Paradoxo do Aboutness* encontra-se em tomar proposições como arranjos de propriedades; e *thisnesses*, devido sua especificidade, podem ser considerados os candidatos mais apropriados para assumir o papel dessas propriedades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho pôde-se atestar as vantagens do *Presentismo Thisness* em detrimento às outras versões do Presentismo. O *Presentismo Thisness* mostrou como pode lidar com a questão da constitucionalidade das proposições sem com isso pagar um preço maior, que consistiria em rejeitar o próprio *account* tradicional de proposições, a saber, proposições como entidades estruturadas. A estrutura das proposições continua intacta. Apenas o que constitui essa estrutura mudara. Os *thisnesses* mostram ser candidatos preferíveis como constituintes da estrutura das proposições. Não apenas isso, mas o *Presentismo Thisness* mostrou-se imune ao *Paradoxo do Aboutness*. Como ele resolve esses problemas, o *Presentismo Thisness* é preferível a outras versões do Presentismo. Esta é uma boa razão positiva em favor do *Presentismo Thisness* e da Ontologia *Thisness* subjacente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADAMS, R. M. **Time and thisness**. Midwest Studies in Philosophy, 11, 315–329, 1986.

ARMSTRONG, David. **Truth and Truthmakers**. Cambridge University Press, 2004.

CRAIG, L. William. **Propositional Truth – Who Needs It?** Philosophia Christi 15 (2):355-364, 2013.

CRISP, Thomas M. **Presentism and the Grounding Objection**, Noûs, 41(1): 90-109, 2007.

DEASY, D. **What is presentism?** Nous, 2017.

INGRAM, David. **Thisnesses, Propositions, and Truth**, Pacific Philosophical Quarterly, first published 6 December, 2018.

INGRAM, David; TALLANT, Jonathan, **Presentism**, The Stanford Encyclopedia of Philosophy (Spring 2018 Edition), Edward N. Zalta (ed.). Disponível em: <https://plato.stanford.edu/archives/spr2018/entries/presentism/>. Acesso em: 16 mar. 2019.

INGRAM, David; TALLANT, Jonathan. **Truth and Dependence**, 2017.

KING, Jeffrey C., **Structured Propositions**, The Stanford Encyclopedia of Philosophy (Fall 2017 Edition), Edward N. Zalta (ed.). Disponível em: <https://plato.stanford.edu/archives/fall2017/entries/propositions-structured/>. Acesso em: 24 abr. 2019.

KRAUSE, Décio. **Tópicos em Ontologia Analítica**. São Paulo: UNESP, 2017.

MARTI, Genoveva. **Reference**. Em: Manuel Garcia-Carpintero, Max Kolbel. **The Bloomsbury Companion to the Philosophy of Language**. New York: Bloomsbury Academic, 2014.

MOZERSKY, M. Joshua. **Presentism**. In CALLENDER, Craig (Ed.). **The Oxford Handbook of the Philosophy of Time**. Oxford University Press, 2011.

ORILIA, Francesco; SWOYER, Chris. **Properties**. The Stanford Encyclopedia of Philosophy (Winter 2017 Edition), Edward N. Zalta (ed.). Disponível em: <https://plato.stanford.edu/archives/win2017/entries/properties/>. Acesso em 24 abr. 2019.

PUNTEL, Lorenz B. **Estrutura e Ser: Um quadro referencial teórico para uma Filosofia Sistemática**. Trad. Nélio Schneider. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 2008.

RASMUSSEN, Joshua.. **About Abotness**, 2014.

SMITH, Quentin. **Language and Time**: 1. ed. EUA: Oxford University Press, 1 de agosto de 2002.

SMITH, Quentin. **Problems with the New Tenseless Theory of Time**, Philosophical Studies: Na International Journal for Philosophy in the Analytic Tradition, Vol. 52, No. 3, pp. 371-392, nov., 1987.

WILLIAMSON, Timothy. **Necessary Existents**, in Logic, Thought and Language, Anthony O'Hear (ed.), Cambridge: Cambridge University Press: 233-251, 2002.